



POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

CLÁUDIA DE OLIVEIRA PACHECO; ÂNGELA MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA

RESUMO

Este estudo analisou o desenvolvimento das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, com foco nas últimas duas décadas, evidenciando os avanços e desafios enfrentados pela modalidade. A EJA, historicamente marginalizada, tem recebido atenção gradual, sobretudo após a criação de programas como o Brasil Alfabetizado (PBA), Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e iniciativas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), que buscaram expandir o acesso à educação para jovens e adultos fora do sistema regular e em condições de vulnerabilidade. O objetivo do estudo foi caracterizar e discutir os principais programas e políticas voltados à EJA, identificando seu impacto na promoção do direito à educação para jovens e adultos e as barreiras que ainda persistem. Como metodologia foi empregada revisão bibliográfica e documental, explorando leis, programas e documentos oficiais, o que permitiu identificar o impacto dessas políticas e avaliar a continuidade dos programas ao longo de diferentes gestões governamentais. Os resultados revelam que, embora a EJA tenha obtido alguns ganhos, a modalidade continua a enfrentar instabilidade devido à descontinuidade das políticas públicas, especialmente com cortes de financiamento e alterações estruturais nos últimos anos. Conclui-se que, para que a EJA cumpra seu papel de inclusão e promoção da cidadania, é necessária uma política nacional estável, com recursos adequados e compromisso contínuo. Revela-se que o Brasil possui dispositivos para que se cumpra o direito a educação em todas as etapas, incluindo os jovens e adultos, contudo, o direcionamento dessas formas não aponta para essa modalidade.

Palavras-chave: direito; políticas; contemporâneo; acesso; permanência.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a visibilidade do campo de conhecimento denominado “políticas públicas” ganhou grande importância. Diversos fatores contribuíram para a maior evidência desta área, em grande parte por serem “capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população” (Souza, 2006, p. 21). As políticas públicas podem desempenhar um papel significativo na promoção e proteção dos direitos subjetivos dos cidadãos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade essencial para a inclusão social e a promoção de direitos, particularmente em um país com significativas desigualdades socioeconômicas como o Brasil. Embora a EJA tenha sido reconhecida como direito, seu histórico mostra uma trajetória marcada por descontinuidade de políticas e carência de investimentos, o que limita seu impacto. Ao compreender as políticas públicas para a EJA e a relação com o direito à educação, podemos avaliar melhor como o Estado tem promovido — ou negligenciado — esse setor educacional, fundamental para o desenvolvimento econômico e social.

É no campo das políticas públicas que a EJA pode se reconfigurar, com a garantia de direitos e deveres por parte do poder público, assim assumindo uma orientação que ultrapasse as visões compensatórias, supletivas e inferiores que têm marcado historicamente essa modalidade, possibilitando aos jovens e adultos se posicionar enquanto sujeitos que têm a educação como um direito fundamental (Oliveira, 2018).

Para isso importantes elementos foram elaborados ao longo da história do país, leis, programas, políticas, para que alcance o objetivo de educação para a todos, conforme a Constituição Federal determina. Com foco nos idos dos anos 2000 podemos discorrer sobre alguns.

Um importante documento criado para traçar metas e estratégias para o alcance dos indicadores educacionais foi o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172 (Brasil, 2001). O PNE estabeleceu como uma de suas diretrizes a erradicação do analfabetismo. Em destaque está a Meta 9, que trata da alfabetização de jovens e adultos. Essa última contempla estratégias que envolvem tanto iniciativas de alfabetização formal quanto ações não formais. O PNE tem lugar de destaque na legislação educacional brasileira, desdobrando-se em várias políticas públicas para o alcance das metas estabelecidas em nível estadual e municipal. Avançando no tempo, a partir do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT 2003–2011), foram promovidas importantes implementações de programas e ações na política voltadas para EJA, como os movimentos sociais e fóruns, que demandaram uma política mais intensa para a escolarização dos jovens e adultos em uma formação aliada à profissionalização. Assim, em 2005 as redes de instituições federais de Educação Profissional passaram a se responsabilizar pela escolarização e profissionalização de jovens e adultos (Maraschin; Ferreira, 2020).

Em 2004 é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD), que em 2012 passou a se chamar Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Objetivava viabilizar o pleno acesso à escolarização e à participação de todos os estudantes, com redução das desigualdades educacionais, com equidade e respeito às diferenças, destacando a indução da oferta de ações de alfabetização e elevação da escolaridade de jovens e adultos, o acompanhamento da frequência escolar de estudantes em situação de vulnerabilidade social, além da articulação institucional para implementação de diretrizes do Conselho Nacional de Educação referentes aos públicos e temáticas da Secretaria.

Uma das diretorias da SECADI é a Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – DPAEJA, com o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade.

Programa Brasil Alfabetizado (PBA) iniciou suas atividades em 2003. Foi concebido para garantir a alfabetização e possibilidade de estudo para aquelas pessoas que, por algum motivo, encontram dificuldades em acompanhar o regime regular de aulas da Educação de Jovens e Adultos (EJA). É um modelo de ensino formal da educação básica que ocorre dentro das escolas. O PBA foi concebido para preencher essa lacuna, promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país. O PBA é destinado a jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos analfabetos, e prioriza as pessoas privadas de liberdade e as populações do campo e quilombolas. Lei Nº 10.880, de 9 de junho de 2004.

O programa foi descentralizado, passou a receber o nome de cada estado, no Amazonas, “Programa Amazonas Alfabetizado”, que teve adesão da SEDUC em 2011. O Programa atende às normas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por meio do Termo de Adesão da SEDUC, de caráter plurianual, para recebimento de auxílio financeiro e pagamento de bolsas para alfabetizadores voluntários. Abrangendo grande parte dos municípios do Amazonas (Belizário; Pinheiro, 2018).

Prosseguindo, importante fator para as políticas públicas é a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Lei n. 11.494/2007, que substituiu o Fundef a partir de 2007. Incluiu as matrículas da EJA na previsão dos seus recursos – Lei nº 11.494/07 (Brasil, 2007) – e conseguiu um grande ganho para essa modalidade de ensino.

Contudo, é importante salientar que o recurso destinado à EJA não a fez prioridade educacional do governo, mas surgiu como apoio necessário nas ações para a garantia de direitos dessa modalidade e não se restringiu apenas à EJA integrada à educação profissional, até por receber menos recursos que as demais modalidades.

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA – foi criado para as instituições federais de educação tecnológica pelo Decreto n. 5.478, de 24 de junho de 2005, e foi expandido para as demais instituições pelo Decreto n. 5.840, de julho de 2006.

Essas políticas educacionais visaram possibilitar e regular a educação dos trabalhadores cujas idades os classificassem como jovens e adultos nos níveis inicial e continuado e na Educação Profissional técnica de nível médio, integrada ou concomitante. Embora instituído no âmbito federal e compreendido pela Rede Federal de Educação Profissional, poderia ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelo “Sistema S”. (Kuenzer, 2006).

O Proeja apresentou muitos avanços nos anos iniciais de sua implementação e se tornou responsável pela inserção do público de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Entretanto, desde o início de suas atividades, o Programa enfrentou desafios relacionados à oferta reduzida de vagas, formação de professores, propostas curriculares e evasão. Estes desafios foram agravados pela interrupção nos investimentos de recursos de ordem técnica e financeira, de modo que foi substituído gradativamente no governo Dilma Rousseff (2011-2016) pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – Lei nº 12.513/11 (Brasil, 2011).

Projovem Urbano é um programa educacional destinado a jovens com 18 a 29 anos residentes em áreas urbanas que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização, com o objetivo de reintegrá-los ao processo educacional, elevar sua escolaridade e promover sua formação cidadã e qualificação profissional por meio de curso com duração de dezoito meses. Seu público é residente em regiões urbanas que saibam ler e escrever, mas não tenham concluído o ensino fundamental. Foi instituído pela lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 e alterado para a lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008.

A implementação do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA) em 2011 teve o intuito de ampliar a aquisição e a distribuição de livros didáticos para a EJA. O Ministério da Educação desenvolveu o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA/2011), que incorporou o PNLA e passou a ser um único Programa para avaliação de programas da EJA. Dessa forma, o PNLDEJA/2011 avaliou e selecionou obras e coleções didáticas destinadas a jovens, adultos e idosos que frequentam a escola da Alfabetização aos anos finais do Ensino Fundamental (Brasil, 2023).

O Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja) foi retomado em 2012 com o objetivo de aumentar as matrículas do ensino fundamental e médio na educação de jovens e adultos (EJA) na modalidade presencial. É destinado a pessoas com 15 anos ou mais que não completaram o ensino fundamental ou médio. Têm prioridade no atendimento os egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), as populações do campo, as comunidades quilombolas, os povos indígenas e as pessoas em cumprimento de pena em unidades prisionais.

O governo Jair Bolsonaro (2018-2022) contrariou os preceitos constitucionais nos

setores sociais, sobretudo no educacional, com a falta de investimentos. A extinção da SECADI, entre outros impactos negativos, favoreceu a lentidão nos indicadores educacionais e o não alcance das metas estabelecidas para a EJA.

Nota-se que gradualmente a EJA vem sendo contemplada com programas específicos para sua modalidade e que outros já existentes foram estendidos a toda educação básica. Exemplos são os programas de alimentação escolar, transporte e livro didático, ganhos significativos para essa etapa de ensino e fundamentais para o acesso e permanência desses estudantes. Contudo, ainda temos muito o que desenvolver, tendo em vista o histórico de financiamento restrito e os últimos retrocessos.

Sobre o presente levantamento, o pensamento de Saviani (2007) se encaixa aos pontos aqui percorridos. O autor manifesta que a política educacional brasileira possui uma estrutura que dificulta o encaminhamento adequado das questões da área, em muito pela sua descontinuidade. Essa descontinuidade se revela de várias formas e é mais notável na quantidade de reformas que a história da educação brasileira tem enfrentado.

A descontinuidade de ações e programas educacionais após mudanças de governo é uma característica preocupante que afeta todas as etapas de ensino, incluindo a EJA. Esse problema tem impacto nos resultados dos programas e políticas públicas na área educacional, e diante disso é fundamental analisar as concepções relacionadas às políticas públicas e ao papel do Estado no contexto educacional.

No caso específico da educação de jovens e adultos no Brasil, é importante considerar as principais ações e programas instituídos ao longo do tempo. Essas iniciativas têm papel essencial no exercício do direito constitucional à educação pública subjetiva. Entretanto, no caso específico da EJA no Brasil, é importante considerar as principais ações e programas instituídos ao longo do tempo. A falta de continuidade e estabilidade dessas políticas tem sido obstáculo para o progresso efetivo desse direito.

O presente trabalho apresentou como objetivo discorrer como se caracterizou as principais políticas públicas para EJA a partir dos anos 2000, buscou-se descrever como essas políticas foram desenvolvidas, implementadas e adaptadas, além de destacar as diretrizes e estratégias que direcionaram a ampliação do acesso, permanência e da qualidade na EJA, analisando os avanços e desafios dessa modalidade de ensino, uma modalidade esquecida pelos governos e pesquisas, mas quem ainda é necessária para uma boa parcela do público brasileiro.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Nesse estudo buscou-se descrever e analisar as políticas públicas de EJA no Brasil, para tanto foi utilizado uma abordagem qualitativa e pesquisa documental. Esse método envolve a coleta e análise de dados a partir de fontes documentais, como legislações, planos de governo, relatórios institucionais e literatura acadêmica.

Na pesquisa documental, foi realizada análise de documentos oficiais, como leis, decretos e programas nacionais (ex.: PNE, Fundeb, PROEJA), para entender a evolução histórica e o impacto dessas políticas.

Fundamentando-se através de revisão bibliográfica na qual incluiu-se a leitura de estudos teóricos e empíricos de autores como Saviani (2007) e Souza (2006), que abordam o contexto das políticas educacionais e as especificidades da EJA no Brasil.

Resultando na análise crítica, a análise dos dados enfatizou a descontinuidade das políticas e os obstáculos enfrentados pela EJA, buscando identificar as consequências da interrupção e das adaptações das políticas ao longo dos anos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que a EJA no Brasil apresentou avanços importantes desde os anos 2000, com a criação de políticas como o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), Proeja e

Programa Nacional do Livro Didático para a EJA (PNLDEJA). Esses programas contribuíram para ampliar o acesso à educação para jovens e adultos excluídos do sistema regular de ensino, promovendo maior inclusão e oportunidades de cidadania. A criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI) também foi fundamental para articular programas específicos e ampliar a oferta educacional em comunidades vulneráveis.

Contudo, o estudo aponta que a EJA ainda sofre com a falta de continuidade e com a prioridade reduzida nas políticas públicas. As mudanças governamentais trouxeram uma constante descontinuidade nos programas, especialmente a partir de 2018, com a extinção da SECADI e o corte de investimentos. Essa instabilidade dificulta a formação de professores, afeta a qualidade do ensino e contribui para a evasão escolar, além de comprometer o alcance de metas de alfabetização e escolaridade.

Observa-se a necessidade do cumprimento do plano nacional, nesse assunto a meta 9 que versa sobre a EJA. Somente com políticas sustentáveis e comprometidas a modalidade poderá avançar de forma efetiva, consolidando o direito à educação para jovens e adultos e promovendo uma inclusão social mais equitativa.

4 CONCLUSÃO

Este estudo evidencia que, embora a EJA tenha avançado como política pública desde os anos 2000, esses avanços foram insuficientes para garantir a continuidade e a qualidade dessa modalidade de ensino. Programas como o Brasil Alfabetizado e o Proeja, bem como iniciativas institucionais como a SECADI, trouxeram ganhos significativos, mas enfrentaram descontinuidade e falta de financiamento adequado. A análise revelou que a ausência de estabilidade nas políticas voltadas à EJA é um dos maiores obstáculos para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para jovens e adultos.

Diante disso, conclui-se que é essencial a criação de uma política educacional que assegure recursos contínuos e reconheça a educação de jovens e adultos como um direito constitucional inalienável. O cumprimento do plano nacional, com suporte adequado para estudantes e professores, é fundamental para garantir que a EJA cumpra seu papel de promover inclusão social e reduzir desigualdades. Assim, reafirma-se a necessidade de um compromisso contínuo do Estado com essa modalidade, de forma que o direito à educação seja efetivamente garantido a todos.

REFERÊNCIAS

BELIZARIO, Maria Rutimar de Jesus; PINHEIRO, Maria das Graças Sá Peixoto. Políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos (2010-2014): desafios à expansão nas escolas públicas estaduais do Amazonas. **Revista COCAR**, Belém, v. 12, n. 24, p. 395-420, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar de 2008**. Brasília: INEP, 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação 2001-2010. **PNE**, 2011. Disponível em <https://pne.mec.gov.br/> acesso em: 09 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. **PLANFOR**: Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Brasília: MTE, 2001.

KUENZER, Acacia Zeneida. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS ANOS 2000: A DIMENSÃO SUBORDINADA DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO. **Educ. Soc**, Campinas, v.

27, n. 96, p. 877-910, 2006.

MARASCHIN, M. S.; FERREIRA, L. S. A Política de Educação de Adultos integrada à Educação Profissional no Brasil: das políticas às práticas. **HOLOS**, [s. l.], ano 36, v. 3, p. 1-15, 2020.

OLIVEIRA, Érita Maria Rodrigues de. **Educação de jovens e adultos**: Políticas de acesso e permanência na SEMED-Bragança. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Pará – UEPA, 2018.

SAVIANI, Demerval. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, out. 2007.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006.